



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0511689-23.2009.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Impostos**
 Requerente: **Prefeitura Municipal de São Carlos**
 Requerido: **Constramer Engenharia e Comercio Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Fls. 78/81: Trata-se de embargos de declaração opostos pela Fazenda Municipal, sob o fundamento de que há omissão na sentença, pois não se apreciou a questão do parcelamento do débito, que seria causa de suspensão da prescrição.

Diante do caráter infringente dos embargos, foi dada vista à parte contrária, que se manifestou a fls. 104/106. Aduz a empresa que o documento de fls. 82 é imprestável, pois estaria ilegível e com a assinatura diversa do documento de fls. 85. Alegou, ainda, que mesmo que se reconheça o parcelamento, ele não seria válido, pois, quando foi requerido, o crédito já estava prescrito.

Recebo os embargos, eis que tempestivos e os acolho, em parte, pois, de fato há omissões e contradições na decisão de fls. 74/75, que precisam ser corrigidas.

O embargado sustenta que o documento de fls. 82 não é válido, mas não arguiu a sua falsidade no prazo legal, devendo prevalecer a presunção de legitimidade do ato administrativo que concedeu o parcelamento. Ademais, constam dos documentos o nome do representante legal da empresa, sendo que a fls. 82/83 há apenas a sua rubrica e a fls. 85 o seu nome por extenso.

Por outro lado, quando houve o parcelamento, a dívida não estava prescrita, pois a cobrança diz respeito aos exercícios de 1998/2005 e os parcelamentos ocorreram em 2003 e 2006, com o pagamento de algumas parcelas (fls. 59/60) como se verá mais adiante.

Quanto à questão de se saber se a inscrição em dívida ativa é capaz de suspender prescrição do débito tributário, nos termos do art. 2º, §3º, da Lei 6.830/80, tem-se que a presente Execução Fiscal se refere a tributo, matéria inteiramente regulada pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Código Tributário Nacional, sendo inadmissível o regramento do prazo prescricional ou decadencial por lei ordinária, nos termos do art. 146, III, b, da Constituição Federal.

Adotando esse entendimento o Supremo Tribunal Federal editou, inclusive, a Súmula Vinculante nº 8 que possui o seguinte verbete: “*são inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário*”.

De fato, a inscrição do crédito tributário em dívida ativa não tem qualquer implicação no curso do prazo prescricional.

Segundo escólio de Leandro Paulsen “A inscrição em dívida ativa constitui-se em mero ato interno da Administração. Não há previsão legal de notificação do contribuinte quanto à inscrição, tampouco qualquer implicação no curso do prazo prescricional. A cobrança amigável feita nesta fase, por Aviso de Cobrança, também não tem efeitos sobre a prescrição”.¹

Nesse sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - PRESCRIÇÃO – COBRANÇA DE IPTU. 1. A obrigação tributária nasce com o fato gerador, mas o crédito respectivo só se aperfeiçoa com o lançamento, fazendo nascer, a partir daí, um crédito que pode ser cobrado no curso dos próximos cinco anos. 2. **A inscrição do crédito na dívida ativa é mera providência burocrática, sem força para marcar algum termo prescricional.**³ Somente a citação é capaz de interromper o prazo prescricional, não podendo ser considerado para tanto o disposto no CPC.⁴ Recurso especial provido. ²(grifei)

O mesmo entendimento é corroborado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. ART. 2º, § 3º, DA LEI 6.830/80. PRAZO DE 180 DIAS. NÃO-APLICAÇÃO. SUPREMACIA DO ART. 174 DO CTN. 1. O art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80, nos termos em que foi admitido em nosso ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação deve sofrer os limites impostos pelo art. 174 do CTN. Precedentes. 2. Prescrição reconhecida. 3. Recurso especial a que se nega

¹ PAULSEN, Leandro. Direito Tributário à luz da doutrina e jurisprudência, 12ª ed. Ed. Livraria do Advogado, pág. 1.199

² REsp 808328/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, julgado em 25/04/2006, DJ 30/06/2006



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

provimento.".³(grifei)

Quanto ao parcelamento do crédito tributário, não foi considerado por este Juízo e, realmente, interrompe o prazo prescricional, pois consiste em inequívoco reconhecimento da dívida.

Pelo que se observa dos documentos constantes de fls. 59/61, complementados a fls. 82/85, a empresa efetuou dois parcelamentos. O primeiro, em 23/10/2003, que foi anulado em 30/11/2003 e o segundo em 17/05/2006, que foi anulado em 22/07/2007, ambos pelo inadimplemento.

O parcelamento é causa de interrupção da prescrição do crédito tributário, nos termos do que estabelece o artigo 174, § 1º, IV do CTN, que voltou a correr após o vencimento de duas parcelas, quando ocorreu o vencimento antecipado da dívida, conforme consta da cláusula 05 dos pactos celebrados.

No caso e tela, quanto ao primeiro parcelamento, a prescrição voltou a correr em janeiro de 2004 e, quanto ao segundo, em setembro de 2007.

Sendo assim, a prescrição se consumou, apenas, em relação ao exercício de 1998, pois, de 1999 em diante, até o primeiro parcelamento, não decorreram mais de cinco anos e do primeiro até o segundo também não, o que também não ocorreu do segundo parcelamento até a data do ajuizamento da ação, que é outro marco interruptivo, na hipótese em questão, pois aqui se aplica o artigo 219 do CPC.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** aos embargos, a fim de declarar que a prescrição atingiu apenas o crédito relativo ao exercício de 1998, devendo a execução prosseguir quanto aos demais, ficando rejeitada em parte a exceção de pré-executividade.

Em vista desta nova decisão, a proporção das custas e honorários fixada na decisão de fls. 74 fica alterada para: 90% para a excipiente e 10% para a excepta, mantendo-se o valor fixado.

P.R.Int.

São Carlos, 16 de abril de 2014.

³ REsp 611.536/AL, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/ Acórdão Min. José Delgado, 1ª Turma, julgado em 10.4.2007, DJ 14.5.2007



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**